



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

Histórico do Artigo:
Recebido em 04 de Janeiro de 2019
Aceito em 21 de Maio de 2019
Publicado em 28 de Junho de 2019

O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPAÇO CEARENSE

Capitalist development and family agriculture in the cearense space

El desarrollo capitalista y la agricultura familiar en el espacio cearense

Alexsandra Maria Vieira Muniz¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as transformações pelas quais vem passando a agricultura familiar nas últimas décadas com o desenvolvimento do capitalismo. Como metodologia fizemos uma pesquisa bibliográfica acerca do conceito de agricultura familiar, além de trabalhos de campo, sistematização e análise do material organizado, delimitando como recorte espacial o espaço cearense, notadamente a região do Baixo Jaguaribe. Como resultados, destacamos as diferentes formas da agricultura familiar vir se subordinando ao capital. Dentre as conclusões afirmamos que a agricultura familiar vem se reinventando e como a produção familiar possui uma dinâmica diferenciada e particular, há que se rever a vinculação de determinados elementos ao conceito de agricultura familiar, devido as suas multiformas.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Capitalismo. Geografia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the transformations that family agriculture has been experiencing in recent decades with the development of capitalism. As a methodology we have done a bibliographical research about the concept of family agriculture, besides fieldwork, systematization and analysis of the organized material, delimiting as spatial space Cearense, notably the Baixo Jaguaribe region. As a result we highlight the different forms of family agriculture becoming subordinated to capital. Among the conclusions we affirm that family farming has been reinventing itself and because family production has a particular and differentiated dynamic, it is necessary to review the linkage of certain elements to the concept of family agriculture, due to its multiforms.

Key words: Family agriculture, Capitalism, Geography.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las transformaciones por las que viene pasando la agricultura familiar en las últimas décadas con el desarrollo del capitalismo. Como metodología hicimos una investigación bibliográfica acerca del concepto de agricultura familiar, además de trabajos de campo, sistematización y análisis del material organizado, delimitando como recorte espacial el espacio cearense, notablemente la región del Bajo Jaguaribe. Como resultados subrayamos las diferentes formas de la agricultura familiar viene subordinándose al capital. Entre las conclusiones afirmamos que la agricultura familiar viene reinventándose y cómo la producción familiar posee una dinámica diferenciada y específica, hay que revisar la vinculación de determinados elementos al concepto de agricultura familiar, debido a sus multiformas.

Palabras Claves: Agricultura familiar, Capitalismo, Geografía.

¹ Profa. Dra. do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: geoalessandraufc@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como sabemos, na década de 1970, diante da realidade criada a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o conceito de pequena produção passou a ser usado como alternativa ao de camponês e notadamente na década de 1990, foi o conceito de agricultura familiar que passou a substituir o de camponês. Cabe ressaltar que essa busca por novas formas de expressar o termo camponês, não se deu por acaso, mas na medida em que se buscava a compreensão do campesinato no interior das relações capitalistas no espaço agrário, uma vez que um grande número de produtores familiares passava a utilizar de forma crescente recursos técnicos e a se integrar cada vez mais ao mercado.

Assim, há aqueles que defendem uma diferenciação social dentro do próprio segmento da produção familiar. Essa linha de raciocínio é trilhada por Kautsky (1986) e Lênin (1982). Entretanto, muitos teóricos não os seguem como é o caso daqueles que se baseiam em Chayanov (1974)² em que a discussão sobre a inserção do campesinato no interior do modo de produção capitalista e sua subordinação pela renda da terra ocupa um lugar marginal, já que este autor baseia-se em uma diferenciação demográfica que dependeria de fatores como herança e tamanho da família, ou seja, o número de trabalhadores e consumidores da família camponesa vincula-se à explicação de sua existência, já que não se têm como objetivo o lucro.

No Brasil, existem até aqueles que numa perspectiva diferente afirmam que aqui nunca existiu camponês. Dentre estes temos Caio Prado Junior (2000, p.158) que ao defender a inexistência de restos feudais na agricultura brasileira, dado que a colonização brasileira ocorre sob a égide do capital comercial e da grande exploração rural também nega que tenha existido no Brasil o camponês. Assim faz a distinção da economia camponesa entre a Europa e o Brasil.

Mesmo diante da negação ou da busca de novos termos para expressar as mudanças que se processam, o termo camponês não perdeu o seu poder explicativo, tal afirmação pode ser constatada com a existência de diversas obras como a de OLIVEIRA (1997), de MARTINS (1995), outro exemplo é o clássico de WOORTMANN (1995) e de TEDESCO (1999), entre tantos outros.

Por outro lado, a especificidade da lógica socioeconômica da agricultura familiar é evidenciada por vários autores neoclássicos, dentre os quais temos Abramovay (1992) e Lamarche (1993).

Abramovay (1992) propõe um novo paradigma para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura que tem na agricultura familiar seu mais importante elemento. Para Abramovay (1992), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e

² “La unidad de exploración doméstica, apesar de la ventaja objetiva de arrendar 50 a 100 desiatinas, limitará obviamente el área arrendada a unas pocas desiatinas la cantidad que ajuste el balance fuerza de trabajo-consumidor” (CHAYANOV, 1974, p. 254).

ao desenvolvimento capitalista. O autor salienta ainda a natureza empresarial, o dinamismo técnico e a capacidade de inovação como traços da forma contemporânea da produção familiar. É diante deste contexto que na agricultura capitalista contemporânea, são encontradas a agricultura familiar e a patronal.

No tocante à agricultura patronal, considerada *eufemismo de agricultura capitalista* (FERNANDES, 2001, p.29), até hoje, o que vemos é a maioria das políticas e dos programas de desenvolvimento direcionados para a agricultura privilegiando a produção patronal e empresarial, temos como exemplo disto os projetos de irrigação voltados para a região nordeste, notadamente os que vêm se desenhando a partir da década de 1990. Notadamente nestes projetos os produtores familiares acabam ficando a margem das benesses, comparados com as regalias obtidas pelo latifúndio e pela agricultura empresarial.

Lamarche (1993, p.306) baseando-se numa diversidade de critérios, como: forma de relação com a terra, importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado permanente ou temporário, estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem, grau de intensificação do sistema de produção, grau de integração ao mercado etc, classifica a unidade de produção familiar em: empresa, empresa familiar, agricultura familiar moderna e agricultura camponesa ou de subsistência.

Conforme Lamarche (1993, p.19), em nossos dias, “é possível encontrar explorações que tenham um comportamento ainda bastante próximo ao das explorações camponesas e outras, mais orientadas para o mercado, que funcionam como pequenas empresas”.

Diante deste contexto coadunamos com Hugues Lamarche ao afirmar que “a coexistência de diversos modelos de funcionamento demonstra que a exploração familiar não pode ser definida em um modo de produção específico, como é caso da exploração camponesa ou da empresa de produção” (Ibid., 1993).

Como passa a predominar na literatura a partir da década de 1990 o termo agricultura familiar, somos levados ao questionamento: Quais as transformações pelas quais vem passando a agricultura familiar nas últimas décadas com o desenvolvimento do capitalismo? Tendo como recorte espacial o espaço cearense, notadamente a região do Baixo Jaguaribe, procuramos evidenciar nos resultados a seguir as diferentes formas da agricultura familiar vir se subordinando ao capital.

RESULTADOS

No Estado do Ceará, especificamente, na região do Baixo Jaguaribe, dentre as comunidades que ainda não se inseriram totalmente na via capitalista podemos citar, as que se encontram no distrito de Bixopá, em Limoeiro do Norte, onde se pratica a agricultura de subsistência, dependente das condições naturais para produzir e se utiliza métodos de rotação de culturas, com pouca ou nenhuma utilização de tecnologia e adubos químicos.

É certo que como bem afirma Silva (1978, p.252) "... não se deve confundir agricultura de subsistência com auto-consumo. Ao mesmo tempo em que envolve um excedente destinado ao mercado, ela não implica em completo auto-abastecimento".

Esta é uma característica recorrente nas pequenas propriedades em que " na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria" (OLIVEIRA, 1997:51).

Por outro lado, não se deve esquecer que a produção levada para o mercado na verdade é um falso excedente, já que para adquirir itens que necessita e não produz, o agricultor vende o que deveria ser guardado para suprir as necessidades no período de baixa produção.

Além destas comunidades do distrito Bixopá, temos também as de Viuvinha, em Limoeiro do Norte, onde se destaca a criação de ovinos e caprinos e a produção de farinha para o consumo. No trabalho da raspa da mandioca vale destacar o trabalho desenvolvido pela Cáritas, uma instituição sem fins lucrativos que atende as famílias que vivem da agricultura de subsistência (plantio no inverno), trabalhando no processo organizativo das comunidades através da formação de lideranças, procurando envolver a comunidade como um todo.

A exemplo da Cáritas, o envolvimento de organizações do terceiro setor em programas sociais nunca esteve tão em evidência quanto nos anos 2000. Tal destaque é resultado de uma lenta mudança na elaboração e aplicação de políticas públicas, que têm adquirido novos contornos desde o início da década de 1990, uma vez que os neoliberais passam a defender mais presença Estatal para o capital e menos Estado nas políticas sociais voltadas à sociedade.

No distrito de Peixe, em Russas, temos a comunidade Lagoa dos Cavalos, que foi uma das unidades demonstrativas da Cáritas, sendo considerada exemplo a ser seguido pelo sucesso alcançado tanto na linha de produção, como ao nível de organização desta comunidade, onde encontramos uma diversidade de culturas: mandioca, milho, feijão, fruteiras (acerola, goiaba, pinha, banana) além da criação de aves, ovino, caprino e apicultura.

Antes da atuação da Cáritas, as áreas ocupadas por essas culturas, no período do verão, ficavam ociosas, mas, com a construção de três barragens subterrâneas acumula-se água no inverno que é aproveitada no verão. Para adubar o solo, utiliza-se o esterco animal e o corte de palha, no combate às pragas utiliza-se o NIN, mas apesar disso a utilização do veneno, uma prática tradicional, ainda continua.

A Cáritas, que desenvolve um trabalho conjunto com esta comunidade, acredita ser possível produzir mais e com muito mais qualidade a partir da produção natural. Nas palavras de uma das Técnicas da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte:

O adubo químico, pode aumentar a produção, mas por outro lado gera alta dependência e os produtos não têm preço se for analisar os custos e receitas para produzir à base de insumos industriais. Produzindo sem esses insumos industriais pode até haver uma produção menor, como é o argumento defendido e usado como justificativa para incentivar o uso de insumos industriais, no entanto o pouco que se produz é com qualidade e dessa forma se obtém um retorno ainda maior, ainda mais, quando se considera que os custos para produzir são menores, então a receita torna-se maior, compensando a menor quantidade de produção.

Acrescentamos a esses fatores, a sustentabilidade, uma vez que a cultura orgânica proporciona uma progressiva melhoria ambiental e com o destaque que as causas ecológicas têm merecido no mundo, a produção orgânica torna-se uma boa alternativa produtiva e de geração de novos empregos no campo.

Segundo o geógrafo e técnico agrícola da Cáritas,

a Cáritas baseia-se no viés da economia popular solidária, incentivando as famílias a produzir para alimentar o consumidor e a si mesma com qualidade. Como exemplo temos a Lagoa dos Cavalos que produzindo feijão sem agrotóxico, um dos projetos alternativos que a Cáritas financia³, fornece alimentos ao consumidor com qualidade e preço justo, não visando somente o lucro o que caracterizaria uma economia estritamente capitalista, procura-se atender as condições de quem compra e de quem produz, para que ambos vivam com qualidade, mas não é só através do financiamento que a Cáritas atua, já que desenvolve também cursos de capacitação visando o fortalecimento da agricultura, como por exemplo ensinando outras alternativas para não utilizar agrotóxico, usando o NIN para o combate às pragas, ensinando a fazer o resgate de semente etc.

Estes depoimentos podem parecer para muitos, uma volta ao passado através da restauração do agricultor autônomo ou mesmo a ilusão de que negando o uso de fertilizantes químicos, defensivos ou máquinas sofisticadas vamos superar os problemas causados pelo desenvolvimento capitalista na agricultura, mas estes esquecem de que a questão não é o uso de tecnologia em si, mas o sistema que o orienta, se a tecnologia adotada é apropriada aos interesses dos grandes capitais, não aos dos pequenos produtores.

Na Lagoa dos Cavalos, onde foi possível presenciar a labuta diária do agricultor (ver figura 1), encontramos também a casa de farinha, aí a mandioca é transformada em farinha. O trabalho da farinhada envolve toda a comunidade que se reúne em mutirão⁴. Da mandioca é também extraída a goma e utilizada na produção de alimentos regionais típicos como o “beiju”, a “tapioca” e o “grude”.

³ A Cáritas financia projetos produtivos que tenham retorno, por exemplo, se financia R\$500,00 a comunidade tem que devolver 60%, ou seja, no caso seriam R\$ 300,00.

⁴ Esta cooperação da farinhada é comumente chamada de ajudatório (ANDRADE, 1986).

Figura 1: Cevador⁵ junto ao agricultor Dino – Russas.



Fonte: Muniz, 2004.

Dentre as obras que se constituem numa importante referência para compreender o modo de vida destes agricultores, onde o trabalho tem como fundamento o consumo da família e não a produção de valor, temos além de Chayanov (1974), a de Garcia (1989) que afirma,

...há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade. Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim, atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico... (GARCIA, 1989, p. 117).

O que vemos na organização dos agricultores na Lagoa dos Cavalos com a comercialização de parte do que é produzido não é a busca do lucro, entendemos bem isto através da obra *A Questão Agrária e o Capitalismo*: "... o camponês em questão não é um empresário capitalista, não procura maximizar o lucro de seu capital, e acumular, mas antes viver na terra que é sua em virtude de uma organização social camponesa" (AMIM e VERGOPOULOS, 1977, p. 27).

Além da casa de farinha, existe na Lagoa dos Cavalos, a casa de sementes (ver figura 2), que foi construída através de um projeto financiado pelo ESPLAR com o objetivo desta comunidade não depender mais das sementes do governo, e, sobretudo, preservar as espécies locais e garantir alimentos saudáveis para a população. Cabe ressaltar aqui a importância das sementes crioulas através da agricultura familiar, como um dos patrimônios culturais e genéticos do meio rural.

As sementes tradicionais ou crioulas, além de ser o resultado do árduo trabalho destes agricultores, possuem características regionais e culturais, sendo guardadas, reutilizadas e compartilhadas através de

⁵ Cevador da casa de farinha da Lagoa dos Cavalos utilizado na moagem da mandioca.

trocas, o que proporciona também uma maior diversidade destas sementes. Ou seja, o resgate destas sementes contribui para o aumento da biodiversidade e a valorização da identidade da cultura local.

Figura 2: Sementes conservadas em garrafas – Russas.



Fonte: Muniz, 2004.

É realizada também pelos agricultores desta comunidade a apicultura (ver Figura 3), uma atividade que vêm possibilitando a geração de trabalho e renda para os agricultores familiares desta comunidade que além do apoio da Cáritas Diocesana, estão envolvidos no projeto Rede Abelha Ceará que articula 23 grupos de agricultores(as) familiares, o que têm facilitado a produção e comercialização de produtos das abelhas, como o Mel de Abelhas – Sabor da Natureza, produzido e processado por esta comunidade, no Apiário Floremel da Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa.

Figura 3: Apicultura (Lagoa dos Cavalos – Russas).



Fonte: Muniz, 2004.

Além dos menores custos monetários, decorrentes da não utilização de agrotóxicos, que encarecem a produção, o Mel que já sai pronto para comercialização tem boa aceitação no mercado, notadamente no

segmento de consumidores em busca de produtos naturais, considerando que o Mel apresenta “selo de garantia” (ver figura 4) de sua condição de 100% natural, afirmou o Presidente da Associação da Lagoa dos Cavalos.

Figura 4: Rotulo presente nas garrafas de mel.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL

Porção de 20 ml (1 colher de sopa)
Quantidade por porção

		%VDI(*)
Valor calórico	90 Kcal	4,0%
Carboidratos	23,0 g	6,0%
Proteínas	0,0 g	0,0%
Gorduras totais	0,0 g	0,0%
Sódio	0,0 mg	0,0%

Valores diários de referência com base em uma dieta de 2.500 calorias

Não é recomendado para diabéticos
Rede Abelha Ceará

Produzido e Processado:

APIÁRIO FLOREMEL
Associação Comunitária Porfírio
Nogueira da Costa
Lagoa dos Cavalos - Distrito de Peixe
Russas - CE - CEP 62.900-000
Fone: (88) 9964-0038

Mel de Abelhas

Sabor da Natureza

850g

O mel é um adoçante natural produzido, pelas abelhas, a partir do néctar colhido das flores. É um alimento de alto valor energético, estimulador, digestivo e reconstituente do organismo. Pode ser usado em vitaminas, sucos e no leite. Vai bem com queijo, pão, bolacha ou torrada, ou ainda com frutas.

Este mel provém de uma região que na época predominava a florada de:

Melhor consumir em 2 anos

Data da coleta:

Todo mel natural pode cristalizar, dependendo do teor de umidade, florada, temperatura e outros fatores. Para consumi-lo líquido aqueça-o em banho-maria à temperatura de 40°C durante 15 minutos.

A cor, o sabor e a densidade variam com a florada.

A criação de abelhas é uma atividade que está possibilitando a geração de trabalho e renda para os(as) agricultores(as) familiares do Ceará.

A Rede Abelha Ceará articula 23 grupos de agricultores(as) familiares para facilitar os processos de produção e comercialização de produtos das abelhas. Se você quer saber mais sobre a Rede Abelha Ceará, entre em contato conosco.

CÁRITAS DIOCESANA
LIMOEIRO DO NORTE
Fones: (88) 423-3222 / 421-3087

REDE ABELHA Ceará

Fonte: Muniz, 2004.

A comunidade Lagoa dos Cavalos procura integrar o maior número de pessoas neste projeto e socializar os saberes com outras comunidades que fazem visitas periódicas na Lagoa dos Cavalos para conhecer os trabalhos desenvolvidos por esta comunidade.

Esse fato nos lembra Hugues Lamarche (1993, p.13) ao referir-se à “conservação e transmissão de um patrimônio sócio-cultural”, constituindo um “modelo original”, que exerce “um papel fundamental no modo de funcionamento da agricultura familiar”.

Ao contrário dos agricultores dos territórios citados anteriormente, aqui a organização produtiva dos agricultores têm mostrado que é possível conseguir lugar no mercado oferecendo produtos de qualidade, mas a preocupação maior não é gerar lucros e sim a busca de estratégias que garantam a satisfação das necessidades crescentes da família, cada vez mais numerosa e que anseia por viver bem.

Objetivando garantir uma renda que supra as necessidades de consumo e não uma renda compatível com a taxa de lucro médio, o pequeno produtor, aparece como mais flexível e mais resistente que a agricultura empresarial.

Entretanto, mesmo conseguindo se unir para vencer os obstáculos, muitos agricultores sofrem com o difícil acesso ao crédito rural, os precários e muitas vezes inexistentes serviços de assistência técnica e de pesquisa, a desestruturação das cadeias comerciais e das estruturas de armazenamento etc.

Na Lagoa dos Cavalos, em Russas encontramos um grupo de agricultores que acreditaram que se organizando poderiam conseguir financiamentos para produzir e conseguiram crédito do PRONAF. O motivo de muitos projetos não darem certo é a falta de visão da própria comunidade do seu potencial, de não

conseguirem visualizar a política excludente que está submetida quando se inserem no mercado e vendem a produção para o grande produtor.

Um exemplo claro de sujeição ao capital é o número cada vez maior de pequenos produtores trabalhando para grandes produtores, como é o caso dos pequenos produtores de mel, localizados em Bixopá que segundo relataram vendiam a produção para o diretor do Centec, já que este conseguia sem grandes dificuldades o financiamento no Banco para estes apicultores⁶, assim garantem também a venda da produção antecipada.

Sem precisar ir muito longe temos outro exemplo na subordinação dos produtores agropecuários às agroindústrias beneficiadoras de leite, como a Betânia, em Morada Nova que depois da falência da multinacional Parmalat voltou a exercer seu monopólio no setor de laticínios da região comprando a produção de vários pequenos produtores de leite.

Já no município de Jaguaruana, embora seja realizado o “trabalho de alugado”⁷, predomina o trabalho familiar, conforme dados do censo agropecuário, apresentando total de 13.39 em 1995 enquanto em 1985 era de 12.75, já representando queda se comparado ao de 1975 que era de 15.10. Assim também se sobressai o trabalho familiar em Morada Nova segundo dados do censo Agropecuário com um total de 24.31 em 1995, representando crescimento se comparado 1975 com 15.10 no total de trabalhadores familiares. Em parte isto se deve ao fato de que o modelo de irrigação implantado na década de setenta estava assentado no trabalho familiar, além disso, no entorno dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana existe um considerável número de agricultores que se dedicam à agricultura de sequeiro utilizando predominantemente a mão-de-obra familiar. Ademais, isto tem relação com o modelo de concepção dos perímetros irrigados aí instalados, onde encontramos a típica agricultura familiar definida por Abramovay (1992) como uma unidade de produção que conta apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família.

Nestes perímetros, fruto da política de modernização agrícola no Baixo Jaguaribe, que se traduz no desenvolvimento capitalista no campo, baseada no desenvolvimento da agricultura irrigada estamos diante do processo de transformação social no seio da produção familiar e da metamorfose da renda da terra em capital,

Conforme Diniz (2002) com o modelo de gerenciamento dos perímetros baseados inicialmente nos assentamentos familiares, aos poucos, foi-se incorporando uma nova identidade, a de colono ou irrigante, que

⁶ Os pequenos produtores não se organizam para lutar pelo financiamento ficando cada vez mais na condição de dependência achando que só o grande produtor consegue a liberação do crédito, devido este ter como dar maior garantia de retorno, afirmou o técnico da Cáritas.

⁷ É como o homem do campo chama o trabalho alugado de terceiros. O *alugado* significa executar um serviço sob as ordens de outrem mediante o pagamento em dinheiro, sendo combinadas antecipadamente as tarefas a serem executadas (GARCIA JR, 1983).

é o pequeno produtor modernizado. À vista disso, na medida em que o modo de produção capitalista domina a agricultura, passando-se de uma agricultura familiar de subsistência, para uma agricultura capitalista, cujos produtos deixam de ter a natureza de simples alimentos, valores de uso, úteis para a vida, e se transformam em mercadorias, ou meios de produzir valores de troca, os atores econômicos também assumem novos papéis.

Os sistemas técnicos (SANTOS, 1994,1996), ou melhor dizendo, estes fixos⁸ associados à irrigação que têm em comum o alcance dos objetivos propostos pela política de modernização, componente da política de desenvolvimento regional ficaram a cargo do Estado, na figura do Dnocs, responsável pela desapropriação das terras a serem irrigadas

Através desta política, o Estado transformou as unidades familiares em pequenos produtores capitalistas, como também “possibilitou a transformação da renda em capital, utilizando-se das relações de trabalho familiar e não contratando mão-de-obra assalariada” (DINIZ, 1999, p.85).

Dessa forma, a sujeição da renda da terra ao capital⁹ não se dá de forma direta, uma vez que não se trata de assalariamento e nem, portanto, de extração de mais-valia, mas ocorre de forma indireta, através de um processo, estimulado pelo Estado, de *farmerização do campesinato* (produção moderna em base familiar como no modelo de *farmer's* americanos¹⁰). Assim, quando o agricultor, lidando com o limite de sua sobrevivência e de sua família, vende seus produtos por um preço por vezes inferior ao gasto que ele teve (devido as oscilação de preço no mercado ou mesmo exploração a que se submete por parte de atravessadores ou cooperativas que operando no setor do crédito e da comercialização acabam representando apenas interesses próprios ou de uma minoria de grandes cooperados), ele está na verdade transferindo parte de sua renda para a sociedade, ou seja, o capital está extraíndo o seu trabalho excedente. Neste caso, não é preciso haver uma expropriação para subordinar o agricultor familiar ao capital. No entanto,

... na medida em que matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de subsistência vão, progressivamente, se transformando em mercadoria. O produtor vai sendo colocado cada vez mais sob a dependência do mercado e, mesmo que ainda detenha a posse parcial e precária dos meios de produção, esta é mediatizada pela mercadoria e pelo capital... (SILVA, 1978, p.2).

Vale ressaltar que o nível de exploração pode levá-los à expropriação e uma consequente proletarização. Verificamos no Baixo Jaguaribe inúmeros casos de irrigantes e filhos de irrigantes que

⁸ Para Santos, que trabalha uma "concepção de espaço social" - como bem afirma Corrêa (1995:26), e que analisa a concepção de espaço no contexto da globalização atual, tal conceito evoluiu de um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1988:77 e 1996: 50) para "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente..." (SANTOS, 1996: 51).

⁹ A leitura de Kautsky (1986) nos possibilita perceber as dificuldades que o modo de produção capitalista impõe ao campesinato, com destaque para a sujeição da renda da terra ao capital.

¹⁰ Como bem afirmou Oliveira (1990, p.6): “a agricultura norte-americana não tem seu suporte nas corporate farms e sim nas *family farms*”.

perderam seus lotes de terra e para garantir o sustento da família passaram a vender sua força de trabalho. Acontece aqui aquilo que Kautsky (1986) afirma, pois a subordinação do camponês se dá principalmente ao nível do fornecimento de força de trabalho através da sua expropriação.

O processo de diferenciação social interna à produção familiar e a metamorfose da renda da terra ao capital também pode ser evidenciado no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, uma vez que a pequena produção tecnificada passa a funcionar como uma pequena empresa capitalista, em que os irrigantes se transformam em micro-empresários.

Dessa forma, encontramos na várzea e na Chapada do Apodi respectivamente o pequeno produtor e o pequeno empresário tecnificado¹¹. No entanto, o percentual de pequenos produtores que podem ser incluídos nesta situação ainda é muito pequeno, embora venha crescendo.

O próprio Estado e o capital (privado, industrial, comercial e financeiro) incentivam a capitalização dos irrigantes (“pequenos produtores” altamente tecnificados como os *farmers americanos*) ao viabilizar a utilização de um pacote tecnológico baseado na utilização massiva de insumos artificiais, produzidos industrialmente, sujeitando a renda da terra produzida por estes à sua lógica. “O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto...” (AMIN E VERGOPOULOS, 1977, p.134).

Para Graziano da Silva a adoção de pacotes tecnológicos é a principal causa de transformação da pequena produção, tanto ao nível interno quanto ao nível de suas relações com a sociedade capitalista, que finda na recriação do campesinato na condição de um “novo camponês”, do “trabalhador para o capital”, o qual apesar de possuir a terra submete-se ao capital por este possuir o controle do processo de produção (SILVA, 1982, p. 131). Em outro momento o autor acrescenta que,

embora a pequena produção se tecnifique, não podemos afirmar que a pequena produção esteja se convertendo em pequenos capitalistas do ‘tipo farmer’(parece ser o caso de uma tecnificação sem capitalização, entendendo que a capitalização implica num processo de diferenciação social e econômica), já que essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo. Como as culturas voltadas para o mercado que só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro ‘pacote tecnológico’. Esse pacote é uma imposição do grande capital industrial que produz os chamados insumos modernos para a agricultura objetivando não o aumento da produção em si, mas que os pequenos agricultores passem a consumir os insumos industriais mesmo elevando seus custos (SILVA, 1994, p. 59).

¹¹ A diferença aqui não está somente nos espaços ocupados por estes, mas no fato de que no aluvião o pequeno produtor tecnificado não só acompanha como também realiza o trabalho agrícola, mantendo o contato direto com a terra, já na chapada o pequeno empresário tecnificado embora mantenha uma relação direta com o administrador da propriedade, acompanha de longe o trabalho realizado por seus empregados, uma vez que se ocupa em perceber as oportunidades de lucro, adotar as formas organizacionais globais e acompanhar as tendências do mercado para que assim possa tomar as iniciativas necessárias em curto espaço de tempo, ou seja, se encaixa melhor no perfil de empresário e isto também se deve à influência exercida por empresas às quais mantém parcerias. O pequeno produtor do aluvião embora também já tenha consciência de acompanhar o processo em curso, ainda caminha a passos lentos.

Diferentemente dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana, no Jaguaribe-Apodi é raro encontrar os membros da família executando alguma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho e quando executam é numa proporção menor que a oferecida pela mão-de-obra contratada.

Um dos fatores que contribui para isso é a inexistência de agrovilas no perímetro Jaguaribe-Apodi, dificultando o deslocamento dos membros da família para a área de produção. Percebemos que há uma nítida distinção entre o lugar de moradia e de trabalho, pois a maioria dos agricultores que cultivam suas terras tem como lugar de residência a cidade de Limoeiro do Norte. A vida familiar não se confunde mais com o espaço produtivo como ocorria anteriormente segundo relataram agricultores que cultivavam suas terras antes da implantação do perímetro acrescentando que a Chapada do Apodi era um espaço de pouco adensamento populacional sendo área de criação de gado. Ao contrário do que se observa na planície aluvial onde os laços de vizinhança, o coletivismo se fazem presentes com o adensamento e proximidade das casas à área de produção.

Além disso, a grande maioria dos produtores que hoje encontramos no perímetro Jaguaribe-Apodi não são os mesmos selecionados quando do repasse dos lotes pelo DNOCS.

Freitas (2010) analisando o Projeto de irrigação Jaguaribe Apodi tendo como base os documentos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (área-piloto e primeira etapa, instalados entre 1992) e DNOCS (ocupantes oficiais ou exploradores, em 2009) afirma:

Somadas as áreas-piloto e primeira etapa, a expropriação é de 81%, visto que, dos 316 irrigantes selecionados, 255 foram expropriados, restando 61 no projeto, o que corresponde a 19% desse número. Atualmente, dos 332 ocupantes oficiais, apenas 18% correspondem aos selecionados no ano de 1992. (FREITAS, 2010, p.103).

A grande parte dos que ocupam as terras neste perímetro são empresários agrícolas de outros Estados, como também de outros países, muitos destes atuando em diversos ramos de atividades, alguns tendo inclusive comprado os lotes de irrigantes endividados, comprometendo-se a pagar a dívida e hoje estão cultivando produtos de elevado valor comercial, voltados ao agronegócio, e utilizando mão-de-obra assalariada; Podemos citar como exemplo a Del Monte.

Como se percebe diante do exposto,

"... a criação de um perímetro de irrigação, através da intervenção do Estado, utilizando-se de técnicas modernas, caracteriza uma subordinação direta ao capital, uma vez que os irrigantes são convertidos em pequenos capitalistas e sua condição de sobrevivência como produtores constitui a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes selecionadas, etc., o que seria a subordinação direta ao capital. Assim, o irrigante deixa de ser explorado pelo dono da terra e passa a ser subordinado tanto ao capital financeiro, quando precisa contrair empréstimos no banco, quanto ao capital industrial." (DINIZ, 1999, p.85).

De acordo com OLIVEIRA:

... devemos entender que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil está marcado contraditoriamente por esse processo desigual, que ao mesmo tempo em que amplia o trabalho

assalariado no campo, amplia igual e contraditoriamente o domínio do trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 1999, p.85).

Fernandes (1996) busca compreender a negação da proletarização através das manifestações políticas das lutas camponesas dos sem-terra. É por meio de um processo de enfrentamento e resistência contra a subordinação capitalista que segundo este autor ocorre a reprodução e existência camponesa.

Fernandes afirma que a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-280).

Por outro lado, não podemos negar, como bem afirma Sorj, que

Embora a produção familiar não seja gerada nem exista na sua especificidade, porque a 'lógica do capital' assim o determina, ao mesmo tempo, ela não fica alheia à dinâmica envolvente da acumulação capitalista que vai minando lentamente as especificidades sócio-econômicas e a autonomia que a pequena produção teve anteriormente. (SORJ, 1980, p.50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto somos levados a afirmar que a agricultura familiar, de uma forma ou de outra está subordinada ao capital para conseguir se reproduzir, e, nesta direção, os males são aceitos como sendo próprios do sistema capitalista ou manifestação da forma que ele tomou numa sociedade autoritária, sendo a contradição que move a lógica do capital usada como bode expiatório para explicar as desigualdades.

Com o aprofundamento do capitalismo no espaço rural, a vinculação de elementos como mão-de-obra familiar, cultura de subsistência, pequenas extensões de terra e técnicas rudimentares ao conceito de agricultura familiar, já não consegue mais abraçar a diversidade deste segmento rural. Portanto, há que se fazer um reexame desta questão considerando uma série de outros fatores que se apresentam com a articulação crescente de pequenos produtores a empresas agrícolas.

Através dos exemplos aqui expostos é possível concluir que a produção familiar possui uma dinâmica diferenciada e particular. Como afirma Hugues Lamarche "a exploração familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade" (LAMARCHE, 1993, p.18).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- AMIN, Samir. VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DINIZ, Aldiva Sales. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados no Nordeste. In: **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral - CE: UVA, 1999. (Ano 1, n.1).

_____. A construção dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In: ELIAS, Denise e SAMPAIO, José Levi Furtado. (orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da Modernização da Agricultura no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: Uma Face da Atual Reestruturação Socioespacial do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará, 2010.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. R. Janeiro: Marco Zero, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, Proposta Editorial, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandre(org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. (Caminhos da Geografia).

SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF - Editora, 1999.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.